

Sobreviventes da pauta

O adoecimento das jornalistas sob ataques no exercício de sua profissão

PAULA MELANI ROCHA

*Universidade Estadual de Ponta Grossa
Ponta Grossa, Paraná, Brasil*

MARA FERREIRA ROVIDA

*Universidade de Sorocaba
Sorocaba, São Paulo, Brasil*

LINA MARÍA P. M. VILLANUEVA

*Escuela Superior de Guerra General Rafael Reyes Prieto,
Bogotá, Colombia*

ID 3151

Recebido em

03.03.2025

Aceito em

15.07.2025

O artigo discute o adoecimento das jornalistas que sofreram ataques generificados durante a prática profissional. O objetivo é compreender as consequências dos traumas na vida das jornalistas e no exercício da profissão. O recorte temporal abarca o período pandêmico até 2023. Aplicou-se um questionário on-line direcionado a jornalistas que sofreram ataques, com 21 respostas, e 8 entrevistas compreensivas. A discussão teórica ancora-se nos estudos de gênero e traumas no jornalismo. Entre os sintomas apontados estão: esgotamento, ansiedade, problemas de saúde mental, culpa, explosões de raiva, depressão e Transtorno de Estresse Pós-traumático. Mais de 60% indicaram uso de medicamentos.

Palavras-chave: Jornalistas mulheres. Adoecimento. Traumas. Ataques de gênero. Práticas jornalísticas.

Survivors of the Agenda: the Illness of Journalists under Attacks in the Exercise of their Profession

The article discusses the illness of female journalists who suffered gender-based attacks during their professional practice. The objective is to understand the consequences of trauma on the lives of female journalists and their profession. The time frame covers the pandemic period and extends to 2023. An online questionnaire was applied to female journalists who suffered attacks, with 21 responses, and 8 comprehensive interviews. The theoretical discussion is anchored in gender and trauma studies in journalism. Symptoms reported include: burnout, anxiety, mental health problems, guilt, outbursts of anger, depression, and post-traumatic stress disorder. More than 60% indicated the use of medication.

Keywords: Female journalists. Illness. Trauma. Gender-based attacks. Journalistic practices.

Supervivientes de la agenda: la enfermedad de las periodistas agredidas en el ejercicio de su profesión

El artículo aborda la enfermedad de mujeres periodistas que sufrieron ataques de género durante su ejercicio profesional. El objetivo es comprender las consecuencias del trauma en la vida de los periodistas y la profesión. El marco temporal abarca el periodo de pandemia y se extiende hasta 2023. Se aplicó un cuestionario en línea a periodistas que sufrieron agresiones, con 21 respuestas, y 8 entrevistas integrales. La discusión teórica se ancla en estudios de género y trauma en el periodismo. Los síntomas incluyen: agotamiento, ansiedad, problemas de salud mental, culpa, arrebatos de ira, depresión y trastorno de estrés postraumático. Más del 60% indicó el uso de medicamentos.

Palabras clave: Mujeres periodistas. Enfermedad. Traumas. Ataques de género. Prácticas periodísticas.



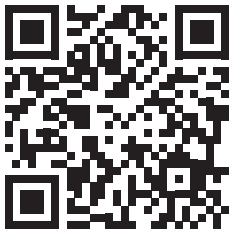
ORCID

Paula Melani **ROCHA**

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS-UFSCar). Docente do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (PPGJor-UEPG). Bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq.

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, Paraná, Brasil

E-mail: pmrocha@uepg.br



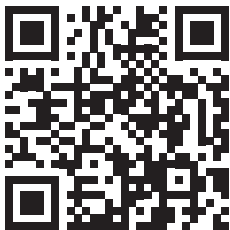
ORCID

Mara Ferreira **ROVIDA**

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo (PPGCOM-USP). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba (PPGCC-Uniso).

Universidade de Sorocaba, Sorocaba, São Paulo, Brasil

E-mail: mararovida@gmail.com



ORCID

LINA MARÍA P. M. **VILLANUEVA**

Doutora em Estudos Políticos e Relações Internacionais pela Universidad Nacional de Colombia. Professora catedrática da Pontificia Universidad Javeriana e da Escuela Superior de Guerra General Rafael Reyes Prieto.

Escuela Superior de Guerra General Rafael Reyes Prieto, Bogotá, Colômbia

E-mail: lpmanriquev@unal.edu.co

Introdução

O presente artigo versa sobre o adoecimento de jornalistas mulheres em decorrência do exercício profissional, entre 2020 e 2023, envolvendo o contexto de pandemia e de pós-pandemia de covid-19 no Brasil, atravessado por intercorrências como uma presidência da república que instalou a produção de desinformação como estratégia política, disseminando ódio contra o jornalismo; uma campanha eleitoral agressiva (2022), instrumentalizada por disseminação de informações falsas sobretudo sobre o rito democrático e eleitoral; uma tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro de 2023; além das crises política, sanitária, de saúde e social.

O objetivo central da discussão é compreender as consequências dos traumas provenientes do exercício da profissão na vida privada e profissional das jornalistas. A reflexão parte do entendimento de que as profissionais são alvos por serem mulheres e jornalistas, e que os ataques generificados são estratégias de silenciamento e coibição da prática profissional, carregados por estereótipos de gênero, raça e sexualidade. As violências de gênero – aqui representadas pelo que chamamos de ataques generificados – transmitem diferentes marcadores sociais em desigualdades com teor ofensivo. Sueli Carneiro (2002, p. 178) considera que não tem como “desprezar a variável racial na temática de gênero”, e que a violência de gênero abarca uma série de temas, como raça e sexualidade.

A opressão feminina e as violências de gênero estão associadas às relações estabelecidas no campo do poder (Rubin, 1975; Lerner, 1990). Para Joan Scott (1995), o gênero corresponde a códigos de conduta que direcionam as relações entre homens e mulheres na organização social, e está diretamente associado às relações de poder, sendo a primeira maneira de dar significado a essas relações. Contudo, a dominação masculina não se manifesta apenas em atos violentos, como sugere Heleieth Saffioti (1992): é necessário pensar a sociedade sob uma perspectiva patriarcal de gênero que permita compreender a sujeição da mulher, a dimensão histórica de formas de agressão e a dominação masculina estabelecidas por um pacto social maior e, muitas vezes, selado de forma pacífica.

Assim, mulheres jornalistas, especialmente aquelas que pautam política, se tornam alvos justamente pelos espaços que ocupam profissionalmente, o que envolve disputas de poder caras a uma sociedade com lastro patriarcal e racista. No Brasil, as mulheres, sobretudo brancas, são maioria no jornalismo, representando 58% entre as/os profissionais (Lima *et al.*, 2022), e, de acordo com o *Monitoramento de Ataques a Jornalistas no Brasil – Edição 2024*, realizado pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI, 2024), em 36,6% dos 71 ataques contra jornalistas mulheres, registrados em 2023, as vítimas cobriam pautas políticas.

Como estratégia para compreender esse cenário, a pesquisa foi organizada em três etapas: estudo documental de relatórios de monitoramento produzidos por entidades representativas da categoria profissional, aplicação de questionário e realização de entrevistas compreensivas. A seguir, serão apresentados os resultados de cada uma dessas etapas, de forma a indicar o contexto sócio-político do período analisado, o estado da arte das pesquisas sobre o trabalho jornalístico no Brasil e os resultados da pesquisa qualitativa desenvolvida.

Contextualização do recorte temporal

A partir de 2020, a covid-19 colocou o mundo no contexto da *sociedade de risco* (Beck, 2011), acentuando assimetrias econômicas, sociais, étnico-raciais e culturais entre os países do Norte e do Sul Global, bem como internamente nas nações. No Brasil, a ausência de políticas públicas e a postura negacionista do então presidente no enfrentamento à doença desenharam um cenário de caos, com 689 mil mortes, atraso na vacinação e ataques à democracia e à imprensa. Embora jornalistas não sejam qualificados/as como

profissionais em risco, nesse período eles e elas atuaram nas linhas de frente como serviço essencial em prol da informação sobre a pandemia.

A imprensa acompanhou a proliferação do vírus, o aumento no número de pessoas infectadas, as pesquisas sobre tratamento e vacinas, as internações, a situação dos hospitais, o aumento do desemprego e de pessoas em situação de rua, o crescimento da violência de gênero, o adoecimento geral da população, entre outros temas. Além da cobertura da tragédia, os e as profissionais já vivenciavam um processo de precarização e flexibilização do trabalho que não favoreceu sua prática profissional – pelo contrário, essas pessoas se encontravam ainda mais expostas e vulneráveis.

Entidades e associações – como a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), sindicatos, ABRAJI, Repórteres Sem Fronteira – monitoraram os jornalistas expostos durante o trabalho nesse período, o que incluiu o acompanhamento de casos de falecimento pela covid-19, demissões, flexibilização de contratos e ataques a profissionais. Entre abril de 2020 e fevereiro de 2022, 314 jornalistas morreram no Brasil em decorrência da covid-19, fato que o tornou o país com maior registro de mortes de profissionais no mundo (FENAJ, 2022). Pesquisadores e pesquisadoras passaram a estudar os desdobramentos sobre os/as jornalistas, transformações na cultura profissional e abalos no jornalismo enquanto instituição.

Um exemplo é a rede de pesquisa internacional *The Global Risk Journalism Hub* (GRJH), com 87 pesquisadores/as de 52 países, que buscou compreender a prática do jornalismo de risco no contexto de uma pandemia. No recorte brasileiro, Paula Melani Rocha e Rafael Kondratsch (2024) entrevistaram 20 jornalistas das cinco regiões do país e concluíram que a prática do jornalismo de risco, envolta de múltiplas crises, bem como a desinformação e a censura afetaram diretamente o trabalho e a saúde física e mental dos e das jornalistas. Os autores ressaltam, ainda, que a hostilidade ao trabalho da imprensa vinha sobretudo das fontes governamentais, como o Ministério da Saúde e a família Bolsonaro, que protagonizou uma “campanha” contra o jornalismo.

Luiz Felipe Zago e Matheus Henrique de Oliveira (2021) pesquisaram sobre os ataques postados no Twitter (atual X) pelo então presidente e seus filhos nos primeiros 15 dias de março de 2020, quando foi deflagrado o isolamento social em decorrência da covid-19. A partir da análise de conteúdo de 135 posts, os autores identificaram três finalidades principais nas publicações: i) atacar a imprensa em geral; ii) atacar veículos específicos; iii) atacar individualmente jornalistas. O propósito era afetar a credibilidade da imprensa e tornar os perfis da família Bolsonaro nas redes sociais os únicos meios fidedignos de obtenção da informação sobre política (Zago; Oliveira, 2021).

Contudo, os ataques a jornalistas e à imprensa conduzidos pelo então presidente e por seus filhos antecedem o período pandêmico e revelam-se como uma estratégia política impetrada a partir de 2019 com o objetivo de cercear e desacreditar o trabalho jornalístico, sobretudo na cobertura de pautas políticas e relacionadas ao governo federal (Mello, 2020). Com a pandemia, as ações nesse sentido intensificaram-se para mascarar a tragédia instalada, a desaceleração econômica e a falta de condução política. Essa operacionalização implementou a tática de produção e difusão de desinformação, embalada em narrativas ofensivas e agressivas, que já tinha sido utilizada com êxito na campanha eleitoral de 2018.

A jornalista Patrícia Campos Mello foi uma das vítimas do ex-presidente Bolsonaro por ter publicado a reportagem “Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp”. No texto, Mello (2020) denunciou irregularidades em doações feitas por empresas para a campanha do então candidato à presidência da república Jair Bolsonaro, bem como a não declaração desse dinheiro junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Seu trabalho revelou o uso da internet durante as eleições para propagar desinformação contra o adversário eleitoral Fernando Haddad (PT), e expôs o “gabinete do ódio” implementado seu mandato no governo federal. De acordo com Mello (2020), essa estratégia se caracterizaria como uma versão moderna de governos autoritários, que corroem as instituições por dentro e utilizam as redes sociais e os grupos de WhatsApp para emplacar versões distorcidas dos fatos.

A estratégia de ataques de ódio se sofisticou após a posse de Bolsonaro, consolidando-se como um aparato do Estado e institucionalizando a agressão à imprensa em coberturas que questionavam as ações do governo. A FENAJ (2022) registrou, em 2021, um recorde no histórica de agressões a jornalistas e à imprensa no Brasil, com 430 casos; já em 2022, foram 376 casos; e no ano, seguinte 181 registros (FENAJ, 2024). Chama a atenção o crescimento de ações judiciais tendo jornalistas como alvo, um aumento de 92,31% em relação a 2022 (FENAJ, 2024).

O fato de as agressões terem partido das instituições não é novidade. A FENAJ iniciou a produção dos relatórios em 1998, e já em 2010 os dados apontaram que autoridades políticas (ou indivíduos a mando delas) e agentes policiais eram os responsáveis por 50% das ameaças, agressões e atentados contra jornalistas (Kraemer, 2012). Outro dado do relatório indica que entre 2019 e 2022 o então presidente Bolsonaro foi responsável por 570 ataques a veículos de comunicação e a jornalistas, com uma média de 142,5 agressões por ano. De acordo com a série histórica do mapeamento, 2020 e 2022 foram os anos com maior registro de ataques por parte do governo federal, anos marcados pelo início da crise da pandemia e por eleições (FENAJ, 2023). Esses dados são significativos, pois reiteram a percepção de se tratar de uma operação orquestrada que visa cercear o trabalho da imprensa e desacreditar o jornalismo e os jornalistas. O relatório revelou ainda que, durante esses dois anos, se sobressaíram duas categorias de violência: desacreditização da imprensa e censura (FENAJ, 2023).

Outro dado que chamou a atenção é o recorte de gênero no teor dos atos de violência. Um Monitoramento de Ataques a Jornalistas no Brasil realizado pela ABRAJI registrou um crescimento de agressões generificadas entre 2021, quando foram anotados 119 ataques contra jornalistas mulheres, e 2022, quando foram registrados 145 casos. O relatório considera ataques de gênero aqueles em que “o autor da agressão se apoia na sexualidade ou na identidade de gênero para atacar seu alvo” (ABRAJI, 2022, p. 4).

Embora, em 2023, o número de ataques tenha sido menor (82), 39% dos casos caracterizam-se como discursos estigmatizantes relacionados à reputação, à moral e à sexualidade, como ofensas machistas, homofóbicas, bifóbicas ou transfóbicas (ABRAJI, 2024). Grande parte dos registros está localizada no contexto dos atos de 8 de janeiro de 2023 (FENAJ, 2024), motivados por uma tentativa de golpe contra o processo eleitoral e contra o presidente eleito. Outra constatação é que 52,1% dos casos foram on-line, em especial aqueles contra as mulheres, que têm como característica marcante a grande repercussão nas redes sociais. Os dados reforçam que os ataques são de cunho político e consubstanciados por valores ultraconservadores, com lastro no patriarcado e em estereótipos racistas e preconceituosos contra a população LGBTQIAPN+, são direcionados a mulheres jornalistas negras, brancas, cis e trans que cobrem, sobretudo, pautas atravessadas por temas políticos e de direitos humanos (ABRAJI, 2024), constituindo-se uma estratégia de silenciamento e repressão a elas pelo fato de serem mulheres (Rocha; Villanueva; Dolgan, 2025) atuando em pautas que envolvem poder.

Giovana Kebian e Igor Sacramento (2024) analisaram, a partir de quatro relatos de jornalistas mulheres que sofreram violências durante o exercício profissional entre 2019 e 2023, como o gênero e as estruturas de poder instrumentalizam os ataques contra as profissionais e as consequências geradas sobre o trabalho delas, levando ao que os autores definiram como uma *autointerdição*. Essa junção de fatores nos sinaliza que esses ataques, seu teor generificado e o adoecimento por eles gerado podem ser pensados como *fenômenos de conjunto*, caracterizados por Margareth Maruani (2008) pelo aumento do desemprego e do subemprego, e mesmo pela falta de emprego, além de flexibilização, precarização e divisão do trabalho. Entendemos aqui sua extensão para as violações de gênero, raça, sexualidade e outros marcadores sociais de opressão que impactam as relações de trabalho, pungentes em momentos de crise.

As flutuações do emprego feminino e os movimentos da divisão sexual do trabalho nos informam sobre o estado de uma sociedade: o funcionamento do mercado do emprego, o lugar do trabalho no sistema de valores, o estatuto do segundo sexo e as relações entre homens e mulheres. Tudo é complexo, paradoxal, contraditório: mais mulheres ativas, assalariadas, instruídas, mas também mais desempregadas, assalariadas precárias e subempregadas (Maruani, 2008, p. 36).

As jornalistas mulheres negras e brancas são vítimas da lógica de exploração do trabalho. A precarização no mundo do trabalho do jornalismo não é um fenômeno recente. Na década de 1990, as empresas já empregavam a terceirização do trabalho, estabelecendo contratos com *freelancers*, pessoas jurídicas (PJ) e introduzindo trainees no processo de produção jornalística (Fígaro, 2013), mas a situação se agravou no século XXI. As mulheres, que são maioria entre jornalistas, encontram-se em situação mais precária (Lelo, 2019) e flexibilizada, e as mulheres negras são as mais exploradas e as que enfrentam mais obstáculos (Moura; Costa, 2018; Nonato; Santiago, 2023).

Outro agravante é que elas, embora maioria, ainda encontram dificuldades para atuar em coberturas consideradas mais “sérias” na cultura profissional “masculina” (Silva, 2014). Todos esses fatores somados integram o *fenômeno de conjunto* (Maruani, 2008) que envolve as profissionais. A partir desse contexto, são analisadas as consequências dos traumas – incluindo os impactos na saúde e no exercício da profissão – gerados na vida das jornalistas que sofreram ataques generalizados em decorrência de sua atuação profissional. A presente discussão integra o estudo multicêntrico, coordenado por Ola Ogunyemi, da Universidade de Lincoln, e Lada T. Price, da Universidade de Sheffield. O estudo é qualitativo e parte de 21 respostas a um questionário aplicado a jornalistas que sofreram ataques, e de 8 entrevistas, sendo 6 delas com jornalistas que sofreram algum tipo de ataque, uma psicóloga especialista em estudos de trauma e a coordenadora do monitoramento de ataques a jornalistas da ABRAJI⁰¹.

Adoecimento no mundo do trabalho: traumas e jornalismo

Estudos sobre o adoecimento em decorrência do trabalho em profissões consideradas de risco são comuns na área da saúde, nos estudos sobre sociologia do trabalho e das profissões, bem como nas pesquisas sobre saúde da mulher e divisão social e sexual do trabalho. Pesquisar o trabalho feminino envolve o entendimento do lugar da mulher na sociedade contemporânea, bem como as práticas sociais, políticas, econômicas, além da legislação e das mudanças no mercado de trabalho, não se restringindo apenas ao trabalho das mulheres (Maruani, 2008).

No campo do jornalismo, as pesquisas científicas sobre o adoecimento estavam associadas a lesões por esforços repetitivos (LER), distúrbios osteomusculares (Dort) e doenças ocupacionais. José Roberto Heloani é um dos pioneiros no Brasil no estudo da relação entre o trabalho jornalístico, a saúde mental e a qualidade de vida de jornalistas em uma perspectiva interdisciplinar envolvendo psicologia e sociologia do trabalho. Ele verificou a ausência de pesquisas científicas acerca da atividade jornalística “como sendo propiciadora de *stress* e outras doenças ocupacionais”, visto que o estresse gerado pelo trabalho “faz do jornalismo uma profissão de risco e também de morte precoce” (Heloani, 2003, p. 20).

Em sua investigação, Heloani (2003) estudou o estresse a partir das percepções dos e das profissionais, e considerou a incidência de problemas psíquicos relacionados à realidade social e a fatores internos e externos ao exercício da profissão. Foram ouvidos 44 jornalistas, dos quais 22 participaram de entrevistas em profundidade. Depois disso, Heloani (2006) entrevistou mais de 300 jornalistas e prosseguiu nos estudos sobre os impactos do assédio na saúde dos e das profissionais, além da flexibilização e da precarização do trabalho. Entre as conclusões, o autor constatou a presença elevada de estresse e de níveis de exaustão que abalam a vida afetiva, familiar e o cuidado com a saúde.

01 O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Plataforma Brasil em 22/12/2022.

O mais preocupante na análise das entrevistas é um claro indicador de que as práticas organizacionais trouxeram, como efeito colateral danoso, não apenas a corrosão de certos valores básicos, mas, principalmente, a cisão da ideia de qualidade de vida e excelência no trabalho. Assim, a felicidade é sempre postergada, e, em decorrência disso, também o tempo para a família, para os filhos, para o lazer e para o amor (Heloani, 2006, p. 194).

Outro dado trazido pelas entrevistas é a competição acirrada no ambiente de trabalho e a ausência de uma consciência de classe por parte da categoria, o que deixa os e as profissionais sem medidas de proteção coletivas (Heloani, 2006). É como se o adoecimento fosse um problema individual, e não ocupacional. Na literatura internacional, a preocupação com a saúde física e mental de jornalistas, bem como com sua segurança no exercício da profissão, começou a ganhar destaque na década de 1990, por meio das iniciativas da Fundação Dart (Dart Center), da Faculdade de Jornalismo da Universidade de Columbia (Brayne, 2008). Frank Ochberg, profissional clínico de saúde mental, persuadiu a Fundação Dart a direcionar investimentos para premiações jornalísticas voltadas às melhores coberturas de situações de violência.

A primeira dessas premiações, ocorrida em 1994, marcou o início de uma nova percepção sobre o trauma no jornalismo, ampliando a compreensão de suas implicações na saúde mental de profissionais envolvidos na cobertura de eventos traumáticos (Brayne, 2008). Os eventos traumáticos podem ocorrer tanto em locais isolados ou distantes da rotina dos profissionais quanto em locais próximos, acessados em coberturas de acidentes, abusos infantis e violência sexual (Brayne, 2008). Jornalistas podem desenvolver o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) (Nogueira; Serva, 2022), um transtorno de ansiedade que em algumas pessoas pode desencadear consequências graves.

O TEPT é um transtorno de ansiedade precipitado por um trauma. O traço essencial deste transtorno é que seu desenvolvimento está ligado a um evento traumático de natureza extrema. Uma fração significativa dos sobreviventes de experiências traumáticas irá desenvolver uma constelação aguda de sintomas de TEPT, que pode ser dividida em três grupos: revivência do trauma, esquiva/entorpecimento emocional e hiperestimulação autonômica (Figueira; Mendlowicz, 2003, p. 14).

Entre os sintomas de TEPT estão: irritabilidade, dificuldade de sono, ansiedade, cansaço, agitação, dificuldade de concentração, evitação e revivência (Cortez; Santos; Brembatti, 2022). O TEPT é caracterizado por quatro padrões que atendem um conjunto de sintomas: 1) intrusão (memórias intrusivas e *flashbacks*); 2) evitação; 3) prejuízo na cognição e no humor; e 4) hipervigilância. O diagnóstico do TEPT considera o tempo em que os sintomas persistem após a ocorrência do fato – um mês, por exemplo, está dentro do esperado, mas se continuar após dois meses é considerado um diagnóstico de TEPT (Foa; Capaldi, 2013).

Paula Nogueira e Leão Serva (2022, p. 7) chamam a atenção para o trauma secundário ou “fadiga de compaixão”, que compreende “um quadro de sintomas psicológicos e físicos que remetem ao Transtorno de Estresse Pós-Traumático, mas que são adquiridos por meio da interação com pessoas que sofrem os efeitos do trauma ou como resultado da exposição a materiais gráficos ou textuais potencialmente traumatizantes”. Editores e editoras, por exemplo, que revisam o material também estão vulneráveis, assim como o público consumidor.

No Brasil, a pesquisa *Perfil do jornalista brasileiro 2021*, que circulou no período da pandemia (Lima et al., 2022), levantou dados sobre a saúde mental dos e das profissionais. Dos 6.594 respondentes, 66,2% afirmaram sentir algum grau de estresse durante o trabalho, 65,9% deles foram diagnosticados com estresse, e 20,1% tiveram a identificação de algum tipo de transtorno relacionado ao trabalho. Tais dados reforçam a necessidade de entender melhor a questão da saúde na profissão. Na sua pesquisa, Heloani (2003) constatou que as mulheres jornalistas sofrem mais estresse pela dificuldade em conciliar jornadas de trabalho exaustivas com a vida familiar e pessoal. As mulheres jornalistas sofrem múltiplos assédios no ambiente de trabalho (ABRAJI, 2017), além de serem mais precarizadas e vulneráveis no mundo do trabalho.

Nesse contexto, a questão que mobiliza a presente discussão é como a vida de mulheres jornalistas que sofreram ataques generificados durante o exercício profissional entre 2020 e 2023 foi impactada. A psicóloga Glaucia Mayara Niedermeyer Orth⁰² explica que o trauma psicológico está relacionado ao impacto da subjetividade a partir do contato com situações “horribéis”, que são, em geral, situações de violência “perpetrada por outros seres humanos ou violências que fazem parte da natureza” (Orth, 2023), que têm em comum o fato de despertarem o medo de morrer e afetam a saúde mental. Orth explica que o trauma tem efeito cumulativo, ele soma todas as violências que a pessoa sofre ao longo da vida; se for alguém pertencente à população exposta a violência estrutural (relacionada à classe, raça e gênero, por exemplo), ela é mais vulnerável ao adoecimento. “Quanto mais eventos traumáticos a pessoa sofre, mais frágil ela tende a ficar” (Orth, 2023).

A etapa brasileira do estudo multicêntrico do JETREG⁰³

A metodologia deste estudo compreende, numa primeira etapa, pesquisa documental em relatórios de monitoramento de ataques para identificar a dimensão das agressões, suas variações e suas associações a interesses políticos. Os monitoramentos foram realizados anualmente, de 2020 a 2023, pela ABRAJI e pela FENAJ, sendo que os relatórios fundamentam a percepção de *fenômenos de conjunto* (Maruani, 2008), como já exposto. Observou-se que os agressores apropriaram-se dos marcadores sociais de opressão nas agressões contra as profissionais. Por isso, a segunda etapa da pesquisa teve como objetivo entender melhor os ataques generificados e aqueles caracterizados pela injúria racial, tendo em vista a percepção das interseccionalidades nos atos de violência contra as profissionais. Para tanto, empregou-se o método qualitativo, com aplicação de questionário e entrevistas que incluíram perguntas sobre sintomas de adoecimento e consequências na saúde e na prática profissional.

O questionário obteve 21 respostas, circulou entre junho e dezembro de 2023 e contou com o auxílio da ABRAJI na divulgação para ampliar seu alcance. As participantes da pesquisa sofreram ataques entre 2020 e 2023, sendo considerados ataques qualquer violência física, verbal, patrimonial, presencial ou virtual durante a prática profissional ou em decorrência dela. Entre as 21 respondentes, 77% têm entre 20 e 40 anos, sendo que 48% estão na faixa de 31 a 40 anos, 15 se identificaram como brancas, e 6, como não brancas (28,57%). Entre as entrevistadas negras, 83,33% têm menos de 40 anos, enquanto entre as brancas o percentual é de 73,33%. Houve profissionais brancas residentes nas cinco regiões do país, e as profissionais negras, em três delas: Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste.

Com relação a sexualidade e identidade de gênero, 76,19% identificaram-se como heterossexuais e cisgênero, 14,28% não quiseram identificar sua identidade de gênero, mas se apresentaram como bissexuais, e 4,76% não quiseram identificar sua sexualidade e assinalaram outras expressões de gênero não abarcadas pela cisheteronormatividade. As informações sobre raça, gênero e sexualidade são significativas para a pesquisa, pois os ataques são generificados e, quando a jornalista é uma mulher negra, e racializados. Como exposto no tópico anterior, os marcadores de opressão estruturantes da nossa sociedade são acionados nos atos de violência e na acumulação dos traumas sofridos desde o nascimento.

A maioria das respondentes cobre mais de uma editoria, sendo somente 38% responsáveis por uma única editoria; esse percentual é de 25% entre as jornalistas negras, e entre as jornalistas brancas é de 75%. Além da imposição de uma maior flexibilização do trabalho das jornalistas negras em diversidade de pautas, elas também são mais precarizadas, exercendo múltiplas tarefas em diversos tipos de mídias. As

02 Informação verbal oral concedida por meio de entrevista realizada on-line.

03 Journalism Education and Trauma Research Group (Jetreg) é um grupo de pesquisa multicêntrico com a participação de cerca de 60 pesquisadores. Mais detalhes em: <<https://jetreg.blogs.lincoln.ac.uk/>>. Acesso em: 27 fev. 2025.

respostas revelaram ainda que, além dos ataques, as jornalistas sofrem assédio moral e sexual por parte de colegas de trabalho, chefes e fontes ao longo da carreira, corroborando com o que foi observado na pesquisa *Mulheres no jornalismo brasileiro* (ABRAJI, 2017)⁰⁴, que apontou o assédio como uma prática comum: 70,2% das respondentes assinalaram já terem presenciado ou tomado conhecimento de uma colega assediada no ambiente de trabalho pelos pares ou por superiores; 83,6% informaram que já sofreram algum tipo de violência psicológica; e 65,7% presenciaram questionamentos sobre sua competência profissional ou de colegas mulheres pelos pares ou superiores (ABRAJI, 2017).

As respostas discursivas ao questionário da presente pesquisa relatam a prática comum de assédios no mundo do trabalho contra essas profissionais: “Na verdade, não foi direcionado a uma pauta ou publicação específica. Em um trabalho como editora de vídeos sofri assédio, e em outro emprego tive *burnout*” (Relato, 1). “Foram algumas ao longo da carreira. Em diferentes veículos” (Relato, 2). “Foram vários episódios, mas o mais traumático foi na minha estreia como repórter esportiva de pista, em um jogo do Campeonato Brasileiro da série D, no dia 24 de abril de 2022” (Relato, 3). “Não especificamente uma matéria, mas o ambiente corporativo foi extremamente tóxico quando fiz produção e assessoria” (Relato, 4). Outra respondente acrescentou o aspecto da precarização ao falar sobre os ataques: “Na época em que eu trabalhava para um jornal impresso, sofri algumas situações de assédio moral e recebia bem menos que os jornalistas homens, tipo uma diferença de 700 reais, entre 2012, 2017. Eu e a faxineira ganhávamos o mesmo salário, e eu trabalhava um dia e meio a mais que ela”.

A maioria sofreu mais de um ataque (66,6%), e entre as jornalistas negras o percentual foi maior: 83% sofreram mais de um ataque, enquanto entre as brancas o percentual foi de 60%. Em 23,80% dos casos, os ataques foram realizados diretamente por políticos, representantes políticos e apoiadores políticos. Mas o ambiente de ódio instalado e a institucionalização da imprensa como alvo permitiu e alimentou manifestações por parte do público e das fontes, ambos aparecendo como agressores em 47,61% das respostas.

Do total, 61,9% informaram que a violência gerara trauma, 19% informaram que não, mas outras 19% não souberam identificar. Entre as jornalistas negras, 50% indicaram ter sofrido trauma e 50% não souberam identificar. Já entre as profissionais brancas, 26,6% não sofreram trauma, 66,6% sofreram trauma, e 6,6% não souberam identificar. Embora nem todas tenham indicado ter sofrido trauma, todas sinalizaram algum sintoma que pode estar associado à vivência de eventos traumáticos, e todas as entrevistadas assinalaram mais de um sintoma, sendo as explosões de raiva o sintoma presente em mais respostas. Quase 60% delas indicaram o uso de medicamentos, 59% informaram que a violência gerava problemas psicológicos como ansiedade e depressão, 45,5% indicaram autocensura, 13% deixaram a profissão (todas mulheres brancas) e 9% sofreram processos judiciais.

Para compreender melhor o adoecimento e os diagnósticos, foi necessário realizar entrevistas, pois, como indica Orth (2023), a frequência temporal dos sintomas é importante para compreender sua extensão na vida das jornalistas. Até o momento, foram 8 entrevistas semidiretivas com 6 jornalistas que vivenciaram ataques, uma psicóloga e a jornalista Rafaela Sindorski (2024), que coordena a pesquisa de violência contra jornalistas realizada pela ABRAJI. Utilizou-se a entrevista do tipo compreensiva, uma técnica qualitativa e semidiretiva de coleta de dados que possibilita a interação entre a pessoa entrevistadora e a entrevistada (Kaufmann, 2013). O autor Jean-Claude Kaufmann (2013) destaca dois importantes aspectos da técnica de entrevista compreensiva: confere-se mais importância ao informante, desenvolvendo uma escuta mais atenta; e emprega-se uma variedade de métodos, dependendo do objeto científico, sua construção e os instrumentos necessários para tal. “A entrevista nunca deveria ser empregada da mesma forma” (Kaufmann, 2013, p. 36). O autor defende, ainda, que a riqueza do material está na diversidade das respostas e nos seus detalhes.

04 A pesquisa teve duas etapas metodológicas: a primeira correspondeu à pesquisa qualitativa com o grupo focal, e a segunda, à pesquisa quantitativa, com aplicação de survey on-line. O questionário desta etapa foi elaborado a partir das respostas do grupo focal. Foram obtidas 531 respostas, mas a filtragem selecionou 477, pois foi descartado o segmento fora da mídia – no caso, as assessorias de imprensa.

As entrevistas foram realizadas individualmente, em formato virtual, com duração média de 70 minutos cada uma e seguiram um roteiro com questões abertas centradas em eixos que estimularam as entrevistadas a contarem sobre sua prática profissional, o/s ataque/s e seus desdobramentos. No final, foram listados alguns sintomas para que elas indicassem se os sentiam e para que comentassem a respeito. A seleção da amostra ocorreu por indicações feitas por sindicatos de jornalistas, pela ABRAJI e pelas próprias profissionais. A amostra foi composta por jornalistas com entre 30 e 50 anos, de capitais e cidades do interior das regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, sendo cinco brancas, uma não branca, e uma delas é mulher trans. Os tipos de mídia em que trabalhavam variaram, compreendendo emissoras de televisão e de rádio, jornal on-line e assessoria de comunicação. As entrevistadas ocupavam cargos de repórteres e de editoras em contratos de trabalho formais, informais, bem como por concurso público. Por segurança, o anonimato das entrevistadas foi mantido, portanto elas serão identificadas por nomes de mulheres importantes na construção histórica do Brasil.

Todas elas sofreram ataques verbais e ameaças durante a prática profissional no período demarcado pela pesquisa. Algumas foram impedidas de realizar seu trabalho, em situações como: uma jornalista teve o celular foi arrancado de suas mãos; outra foi isolada do repórter cinematográfico; uma sofreu xingamentos enquanto entrava ao vivo no telejornal; outra foi expulsa do local de trabalho; uma sofreu ameaça com agressão; outra teve uma arma apontada para si; e, em outro caso, tiraram o site do ar.

É político, foi baseado no exemplo do presidente humilhando uma jornalista, falando mal da imprensa, e empoderando as pessoas para agirem da mesma forma, inclusive agredindo. No caso desse senhor, porque ele me agrediu, ele tirou o celular da minha mão e depois tentou apagar imagens que eu nem tinha gravado (Patrícia Galvão, 2023).

Eles me acharam mais vulnerável, mais incapaz e tudo mais, e aí começaram com uns xingamentos que obviamente eles não iam fazer isso com homem, né? De tudo quanto é coisa que você pode imaginar. O cara falou que estava armado, aí mostrou a arma. Mostrou a arma. Aí o que era mais triste era outras mulheres me chamarem de vagabunda. Elas falavam assim: “Aí, está trabalhando porque está dando pra vários homens”. Eles falaram cada coisa. “Eu sei onde você mora, onde sua família mora, eu sei que você entra de madrugada pra trabalhar”, começaram a jogar várias coisas assim, sabe? A intimidade de várias maneiras (Nísia Floresta, 2023).

As ameaças também se manifestaram nas redes sociais e se estenderam às famílias: “Eu sei onde você mora, eu sei onde seu filho estuda, eu sei o seu horário. Cuidado, acidentes acontecem, muita gente morre atropelada” (Almerinda Farias Gama, 2023). O teor dessa ameaça apresenta configurações generificadas ao ameaçar o filho, que na nossa sociedade está muito associado ao cuidado da mãe (feminino), e chamá-la de vagabunda.

[...] que eu me lembro, assim, chamaram a gente de cachorrada... Eu percebi que por ser mulher muitos homens vinham mais para o meu lado. E... muitas mulheres lá, em momento algum nenhuma mulher me defendeu, muito pelo contrário, elas também foram bastante agressivas comigo... Eu percebi sim que existe uma diferença, sabe, com relação ao meu cinegrafista, eles vinham mais ofensivos para o meu lado (Josephina Álvares de Azevedo, 2023).

“Cachorrada” é um termo ofensivo que, quando usado como insulto, pode referendar impureza e prostituição, por exemplo. Nesse caso, também identificamos como um ataque generificado. O relato revela que ela se sentiu mais ameaçada que os colegas homens, sendo cercada pelos agressores. Ainda de acordo com a entrevistada, após o episódio ela recebeu uma mensagem intimidadora de um homem em seu Instagram, e o episódio continuou reverberando nas redes sociais. Depois de algum tempo, ela deixou o jornalismo.

Sabe, eu saía com medo, eu entrava no carro com medo, eu fiquei com medo de fazer *story* na minha rede social, eu fiquei com medo de ir no mercado e ser reconhecida. Eu entrava no carro e já trancava a porta quando eu saía para ir a algum lugar, eu ficava sempre olhando para ver se eu não estava sendo perseguida por alguém que estava na manifestação que eu não reconhecia, mas que ia me reconhecer (Josephina Álvares de Azevedo, 2023).

O ataque generificado também manifesta-se de forma depreciativa, desvalorizando o trabalho da repórter pelo fato de ela ser mulher, principalmente quando a cobertura é sobre temas políticos. A jornalista mulher trans também relatou sofrer com violência de gênero nos ataques verbais, bem como com depreção de patrimônio.

Eles descaracterizam qualquer informação que eu dou. Eles me veem como uma jornalista que não investiga bem a informação, porque sou uma jornalista trans. “Ela é uma jornalista que tem uma figura feminina, então ela não tem capacidade de investigar o que ela está falando. Tinha que ser um jornalista homem investigando para ter um pouco mais de credibilidade” (Beatriz Nascimento, 2023).

Essa percepção está em consonância com os resultados de pesquisas da ABRAJI, que ingressou no monitoramento de violência contra jornalistas, em 2019, junto a *Voces del Sur*. Essa parceria permite comparar dados levantados no Brasil e em países da América do Sul e do Caribe. Após um ano da pesquisa, segundo a jornalista Sinderski (2024), a equipe da ABRAJI constatou que mulheres jornalistas sofriam violências de forma diferente. Em muitos casos, são registrados discursos estigmatizantes contra mulheres; uso de elementos como aparência e sexualidade instrumentalizando discursos agressivos; emprego de estereótipos de gênero como “louca”, “fofoqueira” e “mentirosa”; questionamento, explícito ou não, sobre a capacidade profissional por ser mulher, principalmente em notícias sobre política e economia, áreas historicamente vistas como masculinas. A constatação da diferenciação nos ataques e a inclusão dos dados no monitoramento revelam a dimensão generificada do problema com base em indicadores.

Todas as entrevistadas da presente pesquisa relataram que os ataques vividos impactaram posteriormente no trabalho dessas profissionais, e também em sua vida pessoal. Duas deixaram a profissão, outra mudou de cidade. Os desdobramentos a longo prazo são difíceis de mensurar, mas considerando que as entrevistas foram realizadas em 2023 e 2024 – e, portanto, pelo menos há mais de dois meses do ocorrido –, é possível afirmar a persistência dos sintomas (Foa; Capaldi, 2013).

Então eu fiquei muito agoniada, assim, muito agoniada por muitas vezes, e em muitos momentos em que eu jamais ficaria... É que a gente ainda vive um trauma, a qualquer mínimo sinal você já fica receosa, né? Acho que a gente colocou o que é risco num outro patamar depois de viver tudo isso. Então qualquer mínimo sinal hoje em dia... Então, assim, foi difícil (Nísia Floresta, 2023).

Em cada entrevista, foram apresentados os 15 sintomas da Escala de Sintomas de TEPT (Foa; Capaldi, 2013): culpa, fadiga, exaustão, evitação, desamparo (insegurança), depressão, insônia, reviver o evento traumático (*flashback*), problemas de saúde mental, ansiedade, experiências intrusivas (experiências negativas), dormência, hipervigilância (estado de alerta), explosões de raiva e esgotamento. Além desses sintomas, foram identificadas consequências como automedicação, acompanhamento médico e diagnósticos de Síndrome de *Burnout* e Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT). Algumas das entrevistadas foram percebendo seu adoecimento ao comentar sobre o conjunto de sintomas que estavam relatando. Aqui, reforçamos o auxílio das orientações da psicóloga no momento das entrevistas e o cuidado na condução do diálogo com as entrevistadas para evitar qualquer gatilho ou novo dano.

As seis jornalistas entrevistadas indicaram mais de um sintoma. Patrícia Galvão identificou todos os sintomas, mas informou que até o momento da entrevista não tivera acompanhamento médico, e não constataria Síndrome de *Burnout*. Ela sofreu um ataque quando foi fazer uma cobertura para a rádio em que trabalhava como *freelancer*. Na época, ela era recém-viúva – tendo seu marido falecido durante o período da pandemia –, tinha perdido o emprego com contrato formal e cuidava dos três filhos sozinha. Patrícia Galvão sofreu violência verbal, física e patrimonial, pois o agressor tomou seu celular durante a gravação e ainda entrou com três processos contra ela por causa da cobertura.

No caso desse senhor, por que ele me agrediu? Ele tomou o celular da minha mão... Aparecem as imagens dele mexendo no meu telefone pra tentar apagar uma coisa que eu nem tinha gravado [...] Eu passei por uma agressão física. Tomou o telefone, ameaçou me empurrar, veio pra cima de mim e depois na imagem é clara, sim, tenho seguranças impedindo que ele venha, ele vem como se fosse dar uma cabeçada assim em cima de mim, e o repórter se coloca na frente. [...] Se eu fosse um homem, como você acha que seria isso? (Patrícia Galvão, 2023).

Faz-se necessário detalhar a violência a partir do relato da jornalista para que se entenda a dimensão das consequências, assim como sua situação familiar e profissional. Questionar as relações assimétricas de gênero remete aos efeitos cumulativos do trauma vivenciado por ser mulher (Orth, 2023). Como sugere Heloani (2003), fatores externos e internos do mundo do trabalho também atuam nos problemas psíquicos, e, no caso dessa profissional, em razão de seu contrato de trabalho ser informal, ela estava desprotegida pela empresa, portanto, em uma situação mais vulnerável por causa do desamparo. “Pesou bastante eu não estar contratada. Não saber se eu ia ter um amparo. [...] Me senti desamparada tanto juridicamente no meu trabalho quanto emocionalmente” (Patrícia Galvão, 2023).

Patrícia Galvão engordou 20 quilos e padeceu de outras doenças: diabete, hérnia e anemia. Além disso, sentiu culpa: “[...] como jornalista, eu cheguei a revisar várias vezes pra ver o que eu teria cometido de erro, se eu deveria ter sido mais educada. Eu cheguei a questionar se a minha abordagem foi errada” (Patrícia Galvão, 2023). Manifestou também sentir exaustão e esgotamento no dia em que sofrera o ataque, ter insônia e controlar a depressão. “Eu faço reiki, meditação, eu tomo meus remédinhos. Tudo é natural. Eu não estou ainda nesse nível de estar doente ao ponto de estar depressiva.”

Ela vivencia *flashbacks* quando realiza entrevistas com pessoas que lembram o agressor, com o mesmo “Tipo dele, biotipo. Quando eu vejo um senhor de cabelo branco, um gatilho. Vou te dar um exemplo, fui cobrir o Ciro na época da campanha, e na sala eu olhei e falei: “Meu deus, o seu [nome censurado] está aqui”. Me deu um nó no estômago, eu passei mal... E realmente não era ele” (Patrícia Galvão, 2023).

Evitação e ansiedade apareceram nas falas de todas. Mariele Franco (2023) não listou culpa, depressão e experiências intrusivas, mas identificou todos os demais sintomas, incluindo *Burnout* e *TEPT*. O site onde trabalha sofreu ataques de trolls, foi derrubado, além da jornalista ter recebido ameaças e ataques em suas redes sociais. “É uma forma de silenciamento nas redes e faz com que as jornalistas recuem. No sentido de ficarem também amedrontadas” (Mariele Franco, 2023). A compreensão do que tinha ocorrido com o site levou um tempo, pois os ataques vieram de outro país. “Causa bastante frustração, ficar uma semana sem respostas e não podendo publicar no site. O motivo para esses ataques é o silenciamento. É um momento de muita frustração, de abalo psicológico” (Marielle Franco, 2023).

Os ataques não se limitaram, contudo, a uma matéria específica e à derrubada do site. Coberturas posteriores, ainda no período da pandemia, geraram novos ataques. A continuidade da violência contra as profissionais, o ambiente de ódio e a hostilidade ao trabalho jornalístico alimentaram novos sintomas em Marielle Franco, que naquele momento cobria uma pauta no Congresso Nacional. Além disso, ela desenvolveu fadiga, esgotamento, ansiedade, excitação e *flashbacks*. Alguns dos sintomas permaneceram até 2023, quando foi realizada a entrevista: “[...] ansiedade, eu tenho muito ainda. Agora eu estou nessa fase fazen-

do tratamento e entendi *flashbacks*, sim, também é aumento da excitação. Às vezes, eu quero me alienar, eu quero ficar assistindo série”. Ela chegou a se automedicar, tomando remédio para dormir, mas depois procurou um profissional. Entre os gatilhos, ela identificou os questionamentos sobre o seu trabalho e a instrumentalização de *fake news*: “É como se eu me sentisse responsável porque ele colocava em descrédito o meu trabalho” (Marielle Franco, 2023).

Problemas mentais, *flashbacks*, explosões de raiva e desamparo foram sintomas relatados por cinco das seis entrevistadas. Ao observar os quatro conjuntos de padrões da escala de sintomas, todos aparecem. Até mesmo a hipervigilância é percebida em alguns relatos, ainda que com menor incidência.

Eu tive pesadelo, eu achava que eu estava sendo cercada em alguns momentos no sonho. Porque aquela situação me traumatizou muito, de me sentir presa. Eu olhava para aquelas pessoas falando e eu não podia falar nada, então eu estava presa fisicamente e verbalmente. Eu lembro de ter muito pesadelo de ser cercada por aquelas pessoas (Nísia Floresta, 2023).

A jornalista mulher trans, diferentemente das colegas, sofreu ameaças presenciais, um dos agressores se identificou, e outro, anônimo, praticou violência patrimonial, destruindo o carro dela no ambiente de trabalho. Ela também recebeu ameaças de morte, por isso pediu proteção ao Comitê Internacional dos Jornalistas, mas os ataques não cessaram. Ela relatou, ainda, pesadelos, ansiedade e explosões de raiva, além da necessidade de acompanhamento médico. “Eu grito... Às vezes, em alguma discussão em casa, algo de nossa rotina de família, eu acabo sendo um pouco explosiva com ela ou com algum amigo meu. É uma via de escape” (Beatriz Nascimento, 2023).

Fadiga, exaustão, acompanhamento médico, experiências intrusivas e negativas e dormência foram identificados em quatro vivências. De todos os sintomas, somente *burnout* foi mencionado uma única vez. Almerinda Farias Gama (2023) sofreu ameaças nas redes sociais contra seus filhos, além de ataques generalizados, vivenciando, como consequências, explosão de raiva, experiências intrusivas com bloqueio, pânico e, no momento da entrevista, meses após o ocorrido, ainda estava tomando remédios. “Eu tinha que ter ajuda de um remedinho, o psiquiatra falou. Eu estava com muito medo, com Pânico. Eu tive que procurar ajuda médica!” (Almerinda Farias Gama, 2023).

Ao avaliar as respostas do questionário on-line e as indicações dos sintomas nas entrevistas, notamos uma variação dentro do conjunto de sintomas que integram os quatro padrões da escala TEPT. As duas fontes de dados se complementam, revelando os danos que os ataques exercem sobre as profissionais mulheres – isto é, o trauma resultante dos ataques desencadeia memórias de opressões, vividas em outros momentos e circunstâncias, promovidas por assimetrias de gênero, raça e sexualidade. É um fenômeno que assombra a vida profissional das jornalistas de forma coletiva, levando ao adoecimento e, talvez, à fuga da profissão. No questionário e nas entrevistas, participantes relataram o abandono do jornalismo.

Considerações finais

As assimetrias de gênero ainda prevalecem no jornalismo, apesar dos avanços da presença de mulheres e da população LGBTQIAPN+ na profissão. Os dados dos monitoramentos de violência da ABRAJI e da FENAJ, em conjunto com as respostas dos questionários e o conteúdo das entrevistas, revelam que a situação para as jornalistas e os grupos minorizados piorou. Nesse sentido, identificamos características dos *fenômenos de conjunto* (Maruani, 2008) ao entender que as violências são instrumentalizadas por marcadores de opressão. Também são observadas disputas de poder, dominação masculina, desigualdades de gênero e de raça com o objetivo de calar, de desacreditar e de cancelar as jornalistas que cobrem principalmente pautas políticas e de direitos humanos (ABRAJI, 2024; Kebian; Sacramento, 2024).

As entrevistas expuseram que os ataques não são isolados nem pontuais, além de ocorrerem nas redes sociais e em espaços presenciais. Além disso, a judicialização dos ataques pelos agressores é mais uma estratégia para amedrontar, levando algumas jornalistas a abandonarem a profissão por causa do aspecto financeiro das penas e do desamparo jurídico das empresas de comunicação. Os resultados da pesquisa contribuem para a percepção de que os traumas decorrentes do exercício da profissão de jornalista devem ser enfrentados pela categoria como um problema coletivo. Essa constatação impõe a necessidade de ações de enfrentamento e de prevenção.

Referências

ABRAJI – Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. **Monitoramento de Ataques a Jornalistas no Brasil – Edição 2021**. Disponível em: <https://abraji-bucket-001.s3.sa-east-1.amazonaws.com/uploads/publication_info/details_file/fd562733-fde3-42d5-b763-0974253a3207/Relat_rio_Viol_ncia_de_g_nero_contra_jornalistas_PT.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2025.

ABRAJI – Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. **Monitoramento de Ataques a Jornalistas no Brasil – Edição 2022**. Disponível em: <https://ABRAJI-bucket-001.s3.sa-east-1.amazonaws.com/uploads/publication_info/details_file/4d6cb1b2-ca1a-4d7b-9c7b-1edcea1bb294/ABRAJI_Monitoramento_de_ataques_a_jornalistas_no_Brasil_2022__PT_.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2025.

ABRAJI – Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. **Monitoramento de Ataques a Jornalistas no Brasil – Edição 2023**. Disponível em: <https://ABRAJI-bucket-001.s3.sa-east-1.amazonaws.com/uploads/publication_info/details_file/2da5b679-2702-4121-bce1-cd23cb962f06/Relat%C3%B3rio_-_Ataques_contra_jornalistas_de_2023_FINAL_alta_resolu%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2025.

ABRAJI – Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo; GÊNERO E NÚMERO. **Mulheres no jornalismo brasileiro**. 2017. Disponível em <http://mulheresnojornalismo.org.br/12901_GN_relatorioV4.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2025.

BRAYNE, M. Emoções, trauma e bom jornalismo. **Cadernos de Estudos Africanos**, Lisboa, v. 15, n. 1, p. 31-46, 2008.

BECK, U. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Ed. 34 (2ªed.), 2011.

CARNEIRO, S. Gênero e raça. In: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2002. p. 167-194.

CORTEZ, L.; SANTOS, K.; BREMBATTI, K. (Coord.). **Está tudo bem?** Guia básico de saúde mental para jornalistas. Rio de Janeiro: ITS Rio; Redes Cordiais; Meta, 2022. Disponível em: <<https://www.redescordiais.org.br/wp-content/uploads/2022/07/Guia-Basico-de-Saude-Mental-para-Jornalistas.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2025.

FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas. **Dossiê jornalistas vitimados pela Covid**. Distrito Federal: Fenaj, 2022. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2022/03/RELAT%C3%93RIO-FENAJ-COVID_MAR%C3%87O-22.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2025.

FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas. **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil – Relatório 2022**. Distrito Federal: Fenaj, 2023. Disponível em: <<https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2023/01/FENAJ-Relat%C3%B3rio-2022.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2025.

FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas. **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil – Relatório 2023**. Distrito Federal: Fenaj, 2024. Disponível em: <<https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2024/01/Relato%CC%81rio-da-Viole%CC%82ncia-2023.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2025.

FÍGARO, R. **As mudanças no mundo do trabalho do jornalista**. São Paulo: Atlas, 2013.

FIGUEIRA, I.; MENDLOWICZ, M. Diagnóstico do transtorno de estresse pós-traumático. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 25, suppl. 1, jun. 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1516-44462003000500004>>. Acesso em: 27 fev. 2025.

FIORENTIN, L.; BERTOL, S. R. Reação de jornalistas após situações traumáticas: estudo descritivo-analítico. *In*: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL, 17., Curitiba, 2016. **Anais...** Brasília: Intercom, 2016. p. 1-13.

FOA, E. B.; CAPALDI, S. **Manual for the Administration and Scoring of the PTSD Symptom Scale-Interview for DSM-5 (PSS-I-5)**. 2013. Disponível em: <<https://www.swc.edu/wp-content/uploads/PTSD-Symptom-Scale-Interview-Version-for-DSM-5-PSS-I-5.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2025.

HELOANI, J. R. **Mudanças no mundo do trabalho e impactos na qualidade de vida do jornalista** – Relatório de pesquisa n.º 12/2003. Rio de Janeiro: EAESP/FGV/NPP, 2003. Disponível em: <https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/publicacoes/P00254_1.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2025.

HELOANI, J. R. O trabalho do jornalista: estresse e qualidade de vida. **Interações**, São Paulo, v. XII, n. 22, p. 171-198, 2006.

HELOANI, J. R. Assédio Moral no Trabalho. *In*: QUEIROZ, C.; LIMA, B.; OLIVEIRA, J. A.; MAENO, M. (Orgs.). **Seminário “Compreendendo o assédio moral no ambiente de trabalho”**. São Paulo: Fundacentro, 2013. p. 27-34. Disponível em: <<https://assediomoral.paginas.ufsc.br/files/2013/03/Seminario-Combate-AMT-Fundacentro-2013.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2025.

KAUFMANN, J. C. **A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo**. Petrópolis: Vozes; Maceió: Edufal, 2013.

KEBIAN, G.; SACRAMENTO, I. Silenciamento de mulheres jornalistas: gênero, violência e autointerdição. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 133-146, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/100831>>. Acesso em: 10 jun. 2025.

KRAEMER, L. Risco jornalístico: uma questão de direitos humanos. *In*: CHRISTOFOLETTI, R.; LIMA, S. (Orgs.). **Reportagem, pesquisa e investigação**. Florianópolis: Insular, 2012. p. 113-130.

LELO, T. V. **Reestruturações produtivas no mundo do trabalho dos jornalistas: precariedade, tecnologia e manifestações da identidade profissional**. 231 f. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

LERNER, G. El origen del patriarcado. *In*: LERNER, G. **La creacion del patriarcado**. Barcelona: Crítica, 1990. p. 310-321.

LIMA, S.; MICK, J.; NICOLETTI, J.; BARROS, J. V.; HENRIQUES, R. P.; MOLIANI, J. A.; PATRÍCIO, E.; PEREIRA, F. H.; ZACARIOTTI, M. **Perfil do jornalista brasileiro 2021: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho**. Florianópolis: Quórum Comunicação, 2022.

MARUANI, M. Emprego, desemprego e precariedade: uma comparação europeia. *In*: COSTA, A. O.; SORJ, B.; BRUSCHINI, C.; HIRATA, H. (Orgs.). **Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 35-52.

MELLO, P. C. **A máquina do ódio**: notas de uma repórter sobre *fake news* e violência digital. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MOURA, D. O.; COSTA, H. M. R. Mulheres jornalistas e o “teto de vidro gênero/raça/classe” a tensionar a carreira das jornalistas negras brasileiras. *In*: AGUIAR, L.; SILVA, M. P.; MARTINEZ, M. (Orgs.). **Desigualdades, relações de gênero e estudos de jornalismo**. São Paulo, SP: Life Editora, 2018. p. 193-207.

NOGUEIRA, P.; SERVA, L. Front digital: o trauma psicológico secundário nos editores de fotojornalismo. **Revista Foco**, Curitiba, v. 15, n. 5, p. 1-15, 2022.

NONATO, C.; SANTIAGO, A. Mais acesso, poucas oportunidades: o perfil de jornalistas negros e negras após uma década de pesquisas sobre o mundo do trabalho. *In*: BARROS, J. V.; NICOLETTI, J.; LIMA, S. P. (Orgs.). **O trabalho de jornalistas no Brasil: desigualdades, identidades e precariedades**. 1. ed. Florianópolis: Editora Insular, 2023. p. 83-102.

ORTH, G. M. N. Entrevista concedida em 6 de dezembro de 2023, em formato virtual, às autoras deste artigo.

PESQUISADOR APONTA AUMENTO de depressão, assédio e cocaína entre jornalistas. **Sindicato dos Jornalistas DF**, Brasília [on-line], 14 mar. 2013. Disponível em: <<https://www.sjpdf.org.br/noticias-teste/1074-pesquisador-aponta-aumento-de-depressao-assedio-e-cocaina-entre-jornalistas>>. Acesso em: 27 fev. 2025.

ROCHA, P. M.; KONDLATSCH, R. Discrediting Official Sources and Technological Adaptations: the Case of Brazil in a Time of Pandemic. *In*: VOLKMER, I., MUTSVAIRO, B.; BEBAWI, S.; HEINRICH, A.; CASTILLO, A. (Orgs.). **Ecologies of Global Risk Journalism Conceptualizing Local journalism in an Era of Deep Disruptions**. Oxfordshire: Routledge, 2024. p. 63-78.

ROCHA, P. M.; VILLANUEVA, L. M. P. M.; DOLGAN, A. D. Adoecimento e silenciamento: os impactos dos ataques contra as jornalistas mulheres brasileiras. **Chasqui** – Revista Latinoamericana de Comunicación, Quito, v. 1, n. 158, p. 189-203, 2025.

RUBIN, G. The Traffic in Women. *In*: REITER, R. (Ed.). **Towards an Anthropology of Women**. Tradução de Edith Piza. Nova York: Monthly Review Press, 1975. p. 157-210.

SAFFIOTI, H. I. Rearticulando gênero e classe social. *In*: COSTA, A.; BRUSCHINI, C. (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

SCOTT, J. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 71-99, jul./dez 1995.

SILVA, M. V. **Masculino, o gênero do jornalismo**: modos de produção das notícias. Florianópolis: Insular, 2014.

ZAGO, L. F.; OLIVEIRA, M. H. F. “Chora, jornalista”: *tweets* do clã Bolsonaro sobre a imprensa e o jornalismo. **Ambivalências**, São Cristóvão, v. 9, n. 18, p. 297-330, 2021.

informações do artigo

Resultado de projeto de pesquisa, de dissertação, tese

O artigo integra o projeto de pesquisa “Riscos e traumas no jornalismo: inovação tecnológica e a feminização da profissão”, desenvolvido na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), na Universidade de Sorocaba (UNISO) e na Pontificia Universidad Javeriana.

Fontes de financiamento

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Edital 09/2022 Bolsa Produtividade – Projeto de Pesquisa.

Apresentação anterior

Não se aplica.

Agradecimentos/Contribuições adicionais

Não se aplica.

informações para textos em coautoria

Concepção e desenho da pesquisa

Paula Melani Rocha

Coleta de dados

Paula Melani Rocha e Mara Ferreira Rovida

Análise e/ou interpretação dos dados

Paula Melani Rocha, Mara Ferreira Rovida e Lina María Patricia Manrique Villanueva

Escrita e redação do artigo

Paula Melani Rocha, Mara Ferreira Rovida e Lina María Patricia Manrique Villanueva

Revisão crítica do conteúdo intelectual

Paula Melani Rocha, Mara Ferreira Rovida e Lina María Patricia Manrique Villanueva

Formatação e adequação do texto ao template da E-Compós

Paula Melani Rocha e Mara Ferreira Rovida

informações sobre cuidados éticos e integridade científica

A pesquisa que resultou neste artigo teve financiamento?

Sim.

Financiadores influenciaram em alguma etapa ou resultado da pesquisa?

Não.

Liste os financiadores da pesquisa:

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Autora, autor, autores têm algum tipo de vínculo ou proximidade com os financiadores da pesquisa?

Não.

Descreva o vínculo apontado na questão anterior:

Sem financiamento externo.

Autora, autor, autores têm algum tipo de vínculo ou proximidade com alguma pessoa ou organização mencionada pelo artigo?

Não.

Descreva o vínculo apontado na questão anterior:

Não há vínculos deste tipo.

Autora, autor, autores têm algum vínculo ou proximidade com alguma pessoa ou organização que pode ser afetada direta ou indiretamente pelo artigo?

Não.

Descreva o vínculo apontado na questão anterior:

Não há vínculos deste tipo.

Interferências políticas ou econômicas produziram efeitos indesejados ou inesperados à pesquisa, alterando ou comprometendo os resultados do estudo?

Não.

Que interferências foram detectadas?

Nenhum efeito inesperado do tipo foi detectado.

Mencione outros eventuais conflitos de interesse no desenvolvimento da pesquisa ou produção do artigo:

Não há conflitos de interesse.

A pesquisa que originou este artigo foi realizada com seres humanos?

Sim.

Entrevistas, grupos focais, aplicação de questionários e experimentações envolvendo seres humanos tiveram o conhecimento e a concordância dos participantes da pesquisa?

Sim.

Participantes da pesquisa assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido?

As autorizações foram coletadas da seguinte forma: as entrevistas estão sendo realizadas por chamada de vídeo por meio do Google Meet, com gravação. Assim, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido é lido, e elas respondem se aceitam prosseguir.

A pesquisa tramitou em Comitê de Ética em Pesquisa?

Sim. Nº do processo do Comitê de Ética em Pesquisa: 65997322.5.0000.0105.

O Comitê de Ética em Pesquisa aprovou a coleta dos dados?

Sim.

Mencione outros cuidados éticos adotados na realização da pesquisa e na produção do artigo:

Anonimização, retorno às entrevistadas, orientação psicológica sobre a condução das entrevistas, armazenamento de dados e guarda de documentos.